

*Ata da 27ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do
Estado da Bahia,
em 20 de maio de 2019.*

Presidência do Senhor Deputado Nelson Leal. Às 10h o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão com o objetivo de discutir a **Reforma da Previdência e os impactos na Bahia**, proposta pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Bahia. Compuseram a Mesa dos trabalhos os Srs: Fabrício Falcão, 3º Vice-Presidente; Marcelo Ramos, Deputado Federal e Presidente da Comissão Especial da Reforma da Previdência da Câmara dos Deputados; Daniel Almeida, Deputado Federal, Líder do PCdoB e Coordenador da Bancada na Bahia; Alice Portugal, Deputada Federal; Paulo Modesto, Promotor de Justiça, representando a Procuradora-Geral de Justiça, Ediene Lousado; Ráfson Ximenes, Defensor Público-Geral; Ana Carla Fracalossi, Presidente da Comissão Especial de Apoio da Advocacia à Justiça Federal e Juizado Especial da Bahia; Colbert Martins, Prefeito do Município de Feira de Santana; João da Cruz, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Educação (Fetag); Augusto Vasconcelos, Presidente do Sindicato dos Bancários; Ana Georgina Dias, Supervisora Regional do Departamento Intersindical em Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); Ediane Rodrigues, Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag); Aurino Pedreira, representando a Companhia de Transportes do Estado da Bahia (CTB); Rui Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia (APLB); Emerson Gomes, Presidente da Força Sindical; Cedro Silva, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Davidson de Magalhães Santos, Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, representando o Governador Rui Costa; e Zé Neto, Deputado Federal. Após a execução do Hino Nacional, o Sr. Presidente considerou necessária a Reforma da Previdência para o futuro do País, destacando a importância de uma proposta que não prejudique a parcela mais carente da população, e informou que, atuando como relator do Orçamento da Bahia, tomou conhecimento de que o Estado precisa aportar cerca de R\$5 bilhões por ano na Previdência. Mencionou o resultado de uma pesquisa realizada por um instituto ligado à Fundação Getúlio Vargas, demonstrando que a desigualdade social enfrenta o pior índice dos últimos sete anos, situação que pode se agravar caso alterem as regras para o pagamento do benefício de prestação continuada e a aposentadoria rural, responsáveis por movimentar a economia de muitos municípios brasileiros. Comentou o 3º Encontro de Presidentes de Assembleias Legislativas dos Estados do Nordeste que debateu ações para incrementar os investimentos na Região, oportunidade em que foi elaborada e encaminhada ao Presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, uma carta contendo as pautas. Discordou da questão da capitalização e da desconstitucionalização contidas no texto da Reforma da Previdência, avaliando que causará prejuízos à população. O Deputado Fabrício Falcão informou que visitou cidades no

interior do Estado para tratar da Reforma e declarou apoio ao tema, desde que o ônus não recaia sobre a população mais carente. Abordou a questão da capitalização, prestando esclarecimentos sobre o funcionamento desse sistema implantado no Chile que ocasionou a penalização dos mais carentes, o aumento da desigualdade social e o benefício das instituições financeiras. Mencionou a situação do trabalhador rural, assegurando que a aposentadoria desse segmento tem sido responsável pela economia de muitos municípios. Falou das aposentadorias vultosas nos diversos Poderes, avaliando que deveriam ser debatidas na nova proposta. O Deputado Federal Marcelo Ramos, após reconhecer o empenho dos Deputados Alice Portugal e Daniel Almeida em defesa dos interesses dos trabalhadores na Comissão Especial da Reforma da Previdência, comentou a responsabilidade geracional de repartição do deficit do atual Sistema Previdenciário. Explicou o modelo de Reforma da Previdência apresentado, atendo-se à capitalização, valor do estoque, idade mínima e tempo de serviço. Contrapôs as declarações do Governo de que a Reforma da Previdência impulsionará o desenvolvimento econômico do País a curto prazo e considerou que as pessoas mais humildes não podem ser atingidas. Avaliou que a Constituição Federal criou um Estado que não cabe no Orçamento, defendendo uma reforma previdenciária que não imponha a capitalização, acometa as regras de Aposentadoria Rural, o pagamento de BPCs e a constitucionalização da Previdência. Por fim, opinou que as regras específicas dos regimes previdenciários dos Estados e Municípios também sejam definidas. O Sr. Presidente passou a condução dos trabalhos ao Deputado Fabrício Falcão. O Deputado Federal Daniel Almeida justificou a ausência do Deputado Federal Samuel Moreira, relator da Reforma da Previdência na Comissão Especial da Câmara. Concordou com a necessidade de reformar a Previdência, considerando que o projeto que tramita no Congresso Nacional destruirá a Previdência pública e afetará os mais pobres. Tratou do tema da capitalização e o custo de transição para o equilíbrio fiscal, ponderando que a proposta tem por objetivo fortalecer o sistema financeiro. Assegurou que a Previdência não é responsável pela estagnação econômica do País e que a crise política afeta o crescimento econômico. A Deputada Federal Alice Portugal condenou a capitalização previdenciária e a retirada do sistema solidário de contribuição definido pela Constituição de 1988. Disse que há uma crise econômica que contribui para a insuficiência previdenciária, lembrando que a União e empresas privadas têm dívidas com a Previdência. O Sr. Ráfson Ximenes apontou que no trabalho cotidiano da Defensoria percebe que a pobreza e os trabalhos mal remunerados envelhecem precocemente as pessoas e que é preciso não deixar que elas sejam afetadas pela Reforma, pois a inclusão social é responsabilidade do Estado. Opinou que é injusta a culpabilização do servidor público pela deficiência no Sistema Previdenciário, pois é uma categoria que tem um modelo de contribuição diferenciado. O Sr. Paulo Modesto considerou que a Previdência é uma relação que pressupõe confiança e previsibilidade e deve ser alterada de forma progressiva. Avaliou as reformas feitas anteriormente e considerou que a atual proposta deve ser baseada em uma transição que não agrave desproporcionalmente a situação de muitos brasileiros. O Deputado Robinson Almeida Lula, informando que tem percorrido a Bahia para discutir o tema,

disse que a situação econômica do País contribui para o aumento da desigualdade social e o Governo não tem ações para a Economia. Declarou-se contrário à Reforma por acreditar que o sistema de capitalização penalizará a população mais pobre. O Sr. Augusto Vasconcelos, após prestar informações técnicas da Operação Compromissada, que envolve instituições financeiras e o Governo, avaliou que a Previdência não é responsável pela crise brasileira. Ressaltou a importância das aposentadorias para a economia das cidades brasileiras, pois superam os valores provenientes do Fundo de Participação dos Municípios e defendeu a retomada da economia para combater o déficit da Previdência. A Deputada Federal Lídice da Mata discordou da afirmação do Governo que coloca a Reforma da Previdência como salvação para a crise econômica. Condenou a Reforma Trabalhista e os cortes em áreas básicas realizados desde a gestão do ex-Presidente Temer, ponderando que o Brasil necessita de investimentos para fazer a economia girar. Encerrou defendendo mudanças no Sistema da Previdência que não punam os mais pobres. A Sra. Ana Carla Fracalossi mencionou que a Bahia enfrenta um dos piores índices de desigualdade social do País, avaliando que só podem ser reduzidos através de políticas públicas de seguridade social, como as contidas no Sistema Previdenciário. Considerou salutar mudanças na Previdência e disponibilizou para consulta sugestões ao projeto. O Sr. João da Cruz mencionou questões próprias da área rural, defendendo a manutenção das normas existentes para a aposentadoria desse segmento e ressaltou a importância da agricultura familiar para a economia do País. Abordou o tema da transição e, referindo-se à questão da contribuição, posicionou-se contrário, argumentando que a instabilidade climática afeta a renda no campo. A Sra. Ediane Rodrigues discordou da proposta de aumento da idade de contribuição das mulheres e concordou que as condições climáticas acometem diretamente a produção e os ganhos no campo. Tratou da Medida Provisória 871/2019, apresentada pelo Governo em janeiro, analisando que se for aprovada, excluirá os agricultores do Sistema de proteção Previdenciária. Defendeu a manutenção da atuação dos sindicatos e assegurou que seguirão na luta em defesa da Previdência Rural. O Deputado Federal Zé Neto condenou o corte de recursos para o Programa Minha Casa Minha Vida e ponderou os temas mais contraditórios da proposta da Reforma. Advertiu a importância das aposentadorias para a economia de muitos municípios das Regiões Norte e Nordeste, defendendo um estudo aprofundado do projeto. O Sr. Aurino Pedreira considerou que a intenção do Governo é desconstruir a Constituição Federal e acabar com a seguridade social. Disse que o projeto em debate almeja privatizar a previdência pública e aniquilar os serviços oferecidos pelo Estado. Considerou que atinge em maior grau às mulheres e apelou à Comissão Especial da Previdência para arquivar o projeto. O Sr. Cedro Silva assegurou que a classe trabalhadora da Bahia rejeita a proposta. Informou que no dia 30 de maio acontecerá outra manifestação em defesa da educação e assegurou que as lutas em defesa da democracia, da inclusão social e de mais geração de emprego e renda seguirão. Pediu ao Deputado Marcelo Ramos para debater o projeto com as centrais sindicais e convidou a todos para participar no dia 25 de maio do debate sobre a Reforma da Previdência no Município de Cícero Dantas. O Sr. Emerson Gomes condenou a Reforma da Previdência e disse que

a proposta não atende aos trabalhadores brasileiros, especialmente aos que trabalham em condições inóspitas e desgastantes. Ajuizou que não garante as aposentadorias futuras e sugeriu a participação das centrais sindicais na discussão da matéria e comunicou que no dia 14 de junho acontecerá uma greve geral contra a Reforma. O Sr. Rui Oliveira também manifestou contrariedade à Reforma, dizendo que o projeto não pertence à classe trabalhadora. Informou que a média da aposentadoria dos professores é inferior a R\$ 2 mil, segmento acometido por doenças psicológicas que afetam a capacidade laboral. O Sr. Magno Lavigne considerou que a economia precisa crescer para reverter a situação da Previdência. Criticou a tentativa de culpar os servidores públicos pelo deficit fiscal, criando desavenças entre as iniciativas pública e privada. Criticou a gestão do Presidente Jair Bolsonaro e defendeu as mobilizações populares. A Sra. Ana Georgina falou do custo de transição do sistema de repartição para o de capitalização, assegurando que será um sistema mais custoso para o Governo e não oferecerá proteção social. Concordou que a Previdência necessita de ajustes, desde que não causem perda de direitos. O Deputado Federal Marcelo Ramos voltou a fazer uso da palavra para considerações finais e respondeu a questionamentos feitos durante a Sessão. Após a execução do Hino da Bahia, o Sr. Presidente, Deputado Fabrício Falcão, em nome do Poder Legislativo agradeceu a presença de todos e, às 12h57, declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –